Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

# O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

Tatiane Rodrigues de Souza
tati87souza@gmail.com

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Campus Rolim de Moura.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3686-3671

Evandro César Clemente
evandrocclemente@gmail.com

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Professor da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1499-8388

## RESUMO

A Geografia é uma ciência que abrange em seu escopo de estudos os aspectos físicos e humanos, por essa razão, constitui-se em conhecimento estratégico para o debate e o fortalecimento do projeto/proposta da Educação do Campo nas unidades escolares localizadas em áreas rurais. Objetiva-se neste texto apresentar a relevância da ciência geográfica no fortalecimento dos saberes dos sujeitos do campo, o contexto do ensino de Geografia praticado nas escolas e as considerações e percepções dos alunos do Ensino Médio em unidades escolares rurais situadas no município de Jataí. Os procedimentos metodológicos utilizados para a execução da pesquisa foram: revisão bibliográfica e documental e aplicação de questionários para discentes em instituições escolares localizadas no campo do município de Jataí-GO. Observou-se a urgente necessidade de romper com um ensino de Geografia fragmentado, mnemônico, incompleto, compartimentado, desconectado e distante da realidade geográfica de vivência do educando, de modo que é preciso trabalhar na proposta de ensino que engendre a realidade concreta, o contexto geográfico onde o aluno vive, de forma a propiciar aos sujeitos do campo um ensino de Geografia que seja significativo aos seus respectivos contextos de vida e trabalho.

## PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia, Educação no/do campo, Sujeitos do campo.

## THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN THE CONTEXT OF EDUCATION IN/OF THE FIELD


### ABSTRACT

Geography is a science that includes in its scope of studies the physical and human aspects, for this reason, it constitutes strategic knowledge for the debate and the strengthening of the project/proposal of Rural Education in the school units located in rural areas. This text aims to present the relevance of geographic science in strengthening the knowledge of rural subjects, the context of teaching Geography practiced in schools, and the considerations and perceptions of high school students in rural school units located in the municipality of Jataí. The methodological procedures used for the execution of the research were: bibliographical and documentary review and application of questionnaires to students in educational institutions located in the field of the municipality of Jataí-GO. It was observed the urgent need to break with a fragmented, mnemonic, incomplete teaching of Geography, incomplete, compartmentalized, disconnected and distant from the geographical reality of the learner's experience, so that it is necessary to work on the teaching proposal that engenders the concrete reality, the geographical context in which the student lives, to provide the subjects of the field with a teaching of Geography that is significant to their respective contexts of life and work.



### KEYWORDS

Geography teaching, Education in/of the field, Field subjects.


## Introdução

Ao se referir à proposta da "Educação no/do campo", de imediato já se reporta à necessidade de uma pedagogia contextualizada e disposta a abranger e a valorizar a diversidade de sujeitos e de formas distintas de pensar, de modo a contemplar a heterogeneidade da realidade dos povos que habitam o vasto campo brasileiro. Esse movimento se dá como contraponto à proposta da educação rural, que surgiu a partir dos anos 1930 no país e, que visa disseminar somente a educação de cunho tecnicista, acrítica ao sistema capitalista, desconsiderando os aspectos ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais dos povos habitantes do campo, portanto, mais focada em formar mão de obra.

Sob esta perspectiva, o debate por uma educação no/do campo, iniciado na I Conferência em maio de 1998, foi amplamente divulgado em 2002, com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação - CNE nº 36/2001 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CALDART, 2012). Entendeu-se que essa proposta educativa é dedicada e voltada para a valorização dos diversos sujeitos que

habitam o campo, isto é, um "[...] conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural" (KOLLING et al., 1999, p. 26).

Assim, o final dos anos 1990, veio à tona a preocupação com a Educação no/do Campo, que passou a engendrar debates nas escolas envolvidas e nas universidades, abrangendo a questão agrária no território brasileiro e suas implicações nas questões sociais, ambientais, econômicas e culturais.

É preciso entender a educação ofertada nas áreas rurais a partir dos variados contextos geográficos e dos distintos povos, modos de vida e trabalho que existem no vasto campo brasileiro. Obviamente, precisa-se estabelecer uma educação que possibilite o ensino e a aprendizagem de questões e elementos da realidade social, política, econômica e cultural para os diferentes sujeitos do campo, de modo que eles possam ter plenas condições para compreender a sua realidade, a sua condição social e o seu contexto de vivência e trabalho e se verem enquanto sujeitos desta. Assim, a educação deve cumprir sua função social, que é garantir ao discente o domínio de conhecimentos, conteúdos e habilidades essenciais para a formação de indivíduos que sejam capazes de ter autonomia e independência do pensamento crítico.

Objetiva-se neste artigo discutir a importância do ensino de Geografia no contexto da Educação no/do Campo e as considerações e percepções dos alunos do Ensino Médio, destacando os desafios enfrentado pelos participantes da pesquisa nas escolas rurais localizadas no campo do Município de Jataí-GO. Destaca-se que a construção deste texto é resultado parcial da tese [1]"A contribuição do ensino de Geografia para formação de sujeitos no contexto da Educação no/do Campo", defendida no ano de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí/GO.

Para a execução da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos, estudo e análise dos documentos das orientações curriculares oficiais, coletas de dados de fonte primária e secundária, a fim de conhecer, levantar hipóteses, compreender os conceitos e estudos realizados por diferentes autores. A realização do trabalho de campo ocorreu respeitando-se os requisitos do Comitê de Ética (CEP). O questionário foi realizado com os alunos que cursavam o Ensino Médio, totalizando 131 participantes, envolvendo questões que discutiam a prática docente, a continuidade de formação no

[1] Financiada pela bolsa de estudos da CAPES (coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

campo e o ensino de Geografia, a fim de identificar se os alunos conseguiam correlacionar as temáticas geográficas com suas respectivas realidades no campo.

Os nomes divulgados no relato dos questionários foram alterados para seguir os requisitos do Comitê de Ética e preservar a identidade dos participantes. Optou-se por utilizar nomes fictícios. Algumas das questões /respostas são apresentadas em formato de quadro para favorecer a interpretação das ideias dos entrevistados.

Prosseguindo, apresenta-se, a estrutura do texto, organizado em duas partes: 1-A Geografia e a Educação no/do Campo ao destacar a importância da ciência geográfica no fortalecimento dos saberes dos sujeitos do campo por apresentar temáticas, estudos e conhecimentos que compreendem os aspectos físicos e humanos (mundo político social, econômico e cultural) que, por sua vez, favorecem e fortalecem o debate sobre o projeto da Educação do Campo nas escolas localizadas em áreas rurais. 2- Os sujeitos das escolas do Ensino Médio do campo e a Geografia Escolar que discorre sobre os educandos que estudam nas escolas rurais e seus posicionamentos referente a importância da Geografia como fortalecimento e formação dos sujeitos do campo.

## A Geografia e a Educação no/do Campo

As ciências humanas favorecem a compreensão das principais questões atuais com as quais se depara a sociedade sob o ponto de vista político, social, econômico, cultural e filosófico. No caso da Geografia, considera-se essa ciência indispensável para a compreensão da realidade, por ser a ciência que estuda simultaneamente os elementos humanos e naturais e suas inter-relações, o que a coloca como área fundamental de estudos e do conhecimento científico.

De acordo com Kaercher (2006), é necessário, sobretudo, avançar para além dos dados e informações sistematizados e mostrar aos alunos que os conhecimentos geográficos ajudam a entender a lógica do mundo. Defronta-se, cada vez mais, com uma sociedade que passa por rápidas e constantes mudanças, o que requer do professor a postura dinâmica, investigativa e crítica fundamentada nos conhecimentos científicos e na realidade dos estudantes, de forma que o ensino de geografia possa fazer com que "[...] o aluno perceba qual a importância do espaço, na constituição de sua individualidade e da (s) sociedade (s) de que ele faz parte (escola, família, cidade, país etc.)" (KAERCHER, 2006, p. 223).

Porém, há que se considerar que o campo é espaço, lugar e território de sujeitos que buscam viver com dignidade, que exigem respeito ao seu trabalho, a sua cultura, valores e crenças. Assim, os conteúdos geográficos tornam-se extremamente importantes para que os alunos se reconheçam enquanto sujeitos no mundo em que vivem. Para Cavalcanti (2012), o mais importante é que os educandos possam apreender a formar consciência espacial e raciocínio geográfico a partir dos seus saberes cotidianos, correlacionando-os com os conhecimentos científicos.

Nessa perspectiva, a ciência geográfica é componente essencial no fortalecimento da proposta educativa da educação no/do campo, que vem sendo debatida por diversos autores, como Arroyo (2012), Caldart (2012), Fernandes (2004), Leite (2012), Molina (2004), entre outros que compreendem a importância da proposta pedagógica emancipatória para as populações do campo.

Depreende-se, neste sentido, que a Geografia se constitui numa área que possui conhecimento e contribuição fundamental para a construção da proposta da Educação do campo, pois enquanto ciência permite mapear e analisar as variadas condições naturais existentes, bem como os diversos povos que habitam o vasto campo brasileiro e apresentam modos de vida e de trabalho distintos. Como disciplina escolar, por sua vez, a contribuição é mais pragmática, no sentido de que a prática de ensino que ocorre nela pode possibilitar a compreensão do papel dos sujeitos que habitam o campo, seus lugares sociais, o contexto local e regional em que vivem, a relação com as escalas nacional e global, o vínculo desses com o bioma em que estão inseridos, dentre outros. Assim, fornece subsídios para o fortalecimento da autonomia e a emancipação das classes sociais, de forma que possam reconhecer seus contextos e modos de vida e trabalho.

É preciso considerar que o importante nas escolas não é tão somente a escolarização para atender aos ideais capitalistas do mundo mercadológico, como historicamente vem ocorrendo com a disseminação da educação tecnicista voltada mais para a formação de mão de obra. É necessário romper e superar essa proposta pedagógica, propondo uma pedagogia voltada para a plena formação dos estudantes, de modo que se ofereça a formação ampla, com sujeitos criativos e críticos, conscientes do seu papel na sociedade. É importante sim a formação para o trabalho, mas ela também deve fornecer elementos para a compreensão da realidade, visando quebrar a corrente alienante hegemônica.

É importante que se adote o ensino da geografia de forma crítica, comprometida em denunciar as causas e as consequências das desigualdades e injustiças socio

territoriais, como a destruição da natureza, dos biomas brasileiros e dos povos que aí habitam pelo avanço do capital que se materializa no Brasil por meio da mineração, e do agronegócio, que se destaca pelas atividades de expansão de monoculturas agrícolas como a soja, a cana de açúcar, o eucalipto e da pecuária bovina.

Para que possa ocorrer, de fato, um diálogo entre a proposta da Educação do campo e o ensino de Geografia, é necessário que haja docentes com formação de qualidade. Neste sentido, estes precisam de formação inicial e continuada, de modo que possam conhecer e desafiar/questionar a estrutura do sistema educacional, que cada vez mais tem interferido na prática docente por diversos caminhos, como livros didáticos, currículos e materiais pedagógicos calcados na ideologia hegemônica de grupos capitalistas, que, invariavelmente, tem contribuído para a precarização e enfraquecimento da educação pública, ofertando uma educação que é insuficiente para que os sujeitos compreendam a sua realidade e sua inserção social.

Atualmente, os professores se deparam com inúmeros desafios e dificuldades no âmbito escolar que tendem a desmotivá-los em sua prática pedagógica, estando ligados à contínua e sistemática depreciação e desvalorização da carreira docente, aos baixos salários, às extensas jornadas de aulas ministradas, insuficientes horas de estudo pedagógico para o exercício docente, classes superlotadas com número de alunos muito acima do limite para um bom trabalho pedagógico, bem como à precarização e ao sucateamento da educação e das unidades de ensino, à base educacional familiar, às estruturas das unidades escolares, à continuidade e à formação dos docentes, à indisciplina entre outros (SOUZA, 2016, 2021).

Não se pode esquecer dessa realidade presente nas Redes Públicas de Ensino, de modo que a análise acerca do ensino e da educação deve ser feita de forma global, buscando contemplar a totalidade à qual estes estão inseridos, estabelecendo os nexos necessários com os variados temas e dimensões que perpassam e têm implicações no processo de ensino-aprendizagem, indo além, portanto, das reflexões que se limitam a refletir sobre metodologias de modo restrito.

Portanto, é necessário que essa questão esteja presente nos debates acadêmicos, trazendo as múltiplas adversidades e perspectivas para a atuação docente. Em contraste, é preciso encontrar caminhos que sanem algumas deficiências do ensino escolar, seja nas áreas rurais ou urbanas. E, para que haja ensino e aprendizagem de modo significativo para o discente, os professores do ensino de Geografia necessitam construir estratégias e adequações que considerem as origens, as especificidades e o contexto de vivência dos alunos, ou seja, o seu lugar de vivência, o espaço geográfico e seu território.

O profissional professor de Geografia é capaz de sistematizar os conhecimentos científicos e saberes da atual realidade espacial territorial, possibilitando reflexões teóricas acerca da realidade por meio da compreensão de conceitos geográficos e da contribuição da "aplicação" do arcabouço teórico-conceitual desta disciplina. Portanto, acredita-se que é preciso que haja profissionais: "[...] que domine [m] o campo da Geografia, suas finalidades sociopolíticas e o modo de constituição desse campo, resultante da perspectiva espacial de análise - e de métodos e de conceitos chave [...]" (CAVALCANTI, 2012, p. 156).

É necessário que o professor construa a prática pedagógica de ensino/aprendizagem em Geografia que tenha como base elementos presentes na realidade, no território local e regional do aluno, ou seja, o professor deve estabelecer sua prática pedagógica alicerçada no contexto geográfico local, sem, contudo, ignorar a realidade mais distante que está nas escalas nacional e global, mas que interferem no local.

Portanto, o docente precisa criar mecanismos e estratégias para mediar o processo de ensino, "confrontando" dialeticamente o conhecimento cotidiano local trazido pelos alunos, mas não menos relevante, com o sistematizado e científico da educação formal. Dentro desse processo, é fundamental o professor estabelecer nexos dialéticos entre os elementos, fenômenos e questões presentes na realidade na esfera da escala local e regional com aqueles presentes nas dimensões mais distantes do aluno, como a nacional e a global, buscando apresentar as contradições que permeiam a realidade.

Os docentes que possuem domínio do campo da Geografia podem ministrar aulas com maior facilidade ao sistematizarem e inter-relacionarem a vivência dos alunos com os conteúdos geográficos, além de direcionarem materiais pedagógicos que foram construídos numa perspectiva "generalizante" e sem preocupações com o contexto regional e local, com as especificidades dos estudantes. É importante que os professores possam construir uma prática pedagógica com aulas que possibilitem aos estudantes repensarem e refletirem sobre as temáticas escolares mediante suas práticas cotidianas.

Deve-se considerar que a maior parte dos trabalhos pedagógicos das escolas rurais está distante da realidade dos alunos, seus currículos, conteúdos e metodologias são impostos pelos interesses das classes dominantes, em geral, construídos e pensando para as áreas urbanas (SOUZA, 2016). Pode-se justificar que ainda existem muitos professores que não são formados na área de atuação ou não possuem formações sólidas e de qualidade, nem sequer têm acesso a formações continuadas que possam fortalecer sua atuação profissional na prática específica da educação do campo. Isso foi detectado na pesquisa de campo, em que muitos docentes lecionavam disciplinas escolares mesmo

sem terem formação específica requerida. Claramente, tal situação traz sérios prejuízos à educação (SOUZA, 2016, 2021).

Essas são situações que podem justificar a condição da escola rural que "[...]continua hoje, como sempre esteve, a mercê de modelos urbanos, distante, muito distante das necessidades do trabalho e da produção de vida camponesa e até mesmo de seus valores básicos mais profundos" (RIBEIRO, 2010, p. 176).

Portanto, é extremamente importante que os educadores elaborem metodologias de ensino para que os alunos possam saber pensar as temáticas estudadas e estabelecer relações com seu espaço e conhecimento dos fenômenos. Segundo Castrogiovanni et al. (2008, p. 95): "[...] aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes (do professor, de outros interlocutores), o seu conhecimento".

O fazer pensar tem a ver com o processo de formação do docente, que deve ser contínuo, por essa razão, "[...] a realidade do campo exige um educador que tenha compromisso, condições teóricas e técnicas para desenvolver as práticas e ideias que forjaram o meio e a escola rural" (ANTUNES-ROCHA, 2011, p. 395).

É preciso destacar que ainda existem materiais pedagógicos que apresentam o ensino da Geografia como disciplina abstrata, havendo a valorização da abordagem conteudista-mnemônica e, até de certo modo, tecnicista, de maneira que as temáticas escolares são transmitidas aos alunos, ficando aos docentes a tarefa de apenas cumprir os currículos ou finalizar os materiais didáticos, no caso, invariavelmente, os livros didáticos e as apostilas. Entretanto, na perspectiva crítica, concorda-se com Oliveira (1998) ao afirmar que: "[...] o professor deve deixar de dar os conceitos prontos para os alunos, e sim, juntos, professores e alunos participarem de um processo de construção de conceitos e de saber." (OLIVEIRA, 1998, p. 140).

De acordo com Cavalcanti (2012), para ser professor de Geografia é necessário atuar profissionalmente, isto é, dominar os conhecimentos e habilidades do saber geográfico, pensar o ato de ensinar como um profissional mediador, saber para quem vai ensinar, conhecer e trazer as referências teóricas de quem ensina essa ciência, deixar claros os motivos basilares dos conhecimentos geográficos e saber como ensinar para sujeitos em diversos e variados contextos geográficos.

Neste sentindo, ressalta-se a importância de potencializar o ensino e a aprendizagem na inclusão dos saberes de todos os educandos, aliados a formação docente que possibilite "[...] um ensino crítico, voltado para o desenvolvimento intelectual dos alunos, buscando mediar seus processos de conhecimento considerando-

os sujeitos ativos, já portadores de saberes e capacidades de pensamento". (CAVALCANTI, 2012, p. 112).

É claro que os desafios são diversos, mas os professores e os demais envolvidos na educação sabem que é na escola que se prepara para a "vida", é ela que possibilita o processo de ensino e aprendizagem e se apropria dos diferentes saberes; uma instituição que é considerada transformadora da sociedade, um espaço de debates dotado de perspectivas inovadoras e conservadoras (KIMURA, 2008).

Entretanto, concorda-se com Oliveira (1998) quando este afirma que o ensino da Geografia escolar que vem sendo praticado, de forma geral, não satisfaz ao aluno e nem aos professores que lecionam a disciplina. Há uma série de fatores que contribuem com tal insatisfação, entre eles, a instabilidade no trabalho, a excessiva carga horária, as políticas públicas educacionais entre outros.

As Políticas Públicas Educacionais são decisões que interferem de forma determinante na prática docente. Nota-se que as constantes reformas educativas que vêm sendo implementadas sistematicamente no Brasil constituem insistências dos neoliberais em promover uma formação pautada na economia e no mercado (IANNI, 2002). Essa educação hegemônica imposta não favorece e nem contempla a realidade cotidiana dos alunos trabalhadores que vivem no campo e na cidade.

É possível afirmar que o objetivo das políticas educacionais é universalizar o ensino público, por essa e outras razões, uma educação pública destinada a formar sujeitos criativos, críticos, reflexivos e atuantes na sociedade não é de interesse das classes hegemônicas. Sendo assim, homogeneizar e precarizar a estrutura educacional é uma das estratégias de poder do neoliberalismo, que tende a subordinar a sociedade por meio destas políticas públicas que cada vez mais precarizam a educação pública.

Outro fator relevante a ser destacado é a dificuldade das equipes pedagógicas (professores, coordenadores e gestores) ao pensarem a organização escolar no âmbito da educação no/do campo. É importante que os educadores possam lutar por uma educação voltada para a realidade dos diferentes povos do campo, seja na prática pedagógica das suas aulas ou na elaboração/execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) que, de certo modo, permitem maior autonomia para os docentes trabalharem as particularidades do modo de vida e de trabalho desses povos.

É bom ressaltar que as mudanças nas abordagens pedagógicas devem e podem ser alteradas por docentes e pelos demais envolvidos na oferta de ensino, para que se adaptem às distintas realidades, demandas e necessidades. A Geografia é uma das disciplinas escolares com condições de proporcionar a compreensão profunda e ampla

das questões inerentes à estruturação territorial da sociedade brasileira e, que está preocupada com o desenvolvimento cognitivo dos alunos, construindo um ensino comprometido com a sociedade e os grupos humanos, conforme descreve Oliveira (1998, p. 143-144):

> Nos dias de hoje só tem havido lugar para duas grandes vertentes ideológicas no ensino de geografia. Ensinar uma geografia neutra, sem cor e sem odor. Uma geografia que cria desde o início trabalhadores ainda que crianças, ordeiros para o capital. Ou ensinar uma geografia crítica, que forme criticamente a criança, voltada, portanto, para o seu desenvolvimento e sua formação como cidadã.

O campo é espaço de vida e a Geografia é uma disciplina que é capaz de correlacionar os debates sociais e da natureza e suas inter-relações com as respectivas realidades dos diferentes sujeitos, trazendo uma abordagem vinculada às necessidades deles sem perder o diálogo com os fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais, tendo condições de valorizar e possibilitar a compreensão dos contextos socioterritoriais das populações locais. O quadro 1 apresenta perspectivas para uma educação do campo embasada nos ideais da I Conferência Nacional intitulada "Por uma Educação do Campo: correlacionando a prática do ensino de Geografia".

| PERSPECTIVA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO | | |
|---|---|---|
| Criação do projeto da educação do campo voltada para os sujeitos locais; produção de materiais didáticos; pedagogia emancipatória e gestão escolar que envolva a comunidade | | |
| **ENSINO DE GEOGRAFIA FORTALECE:** | | |
| **1**.Abordagens nos conteúdos geográficos a partir da vivencias, experiências e especificidades das populações do campo correlacionado com os conhecimentos científicos. | **2**.Elaboração de mapas, materiais de leituras, imagens, confecções de maquetes e atividades de campo voltada para os sujeitos do campo. | **3**.Debater conteúdos sociais e conscientizar os educandos da importância da consciência de classe e seus direitos e deveres. |

Quadro 1: Correlações entre o debate da Educação do Campo e Ensino de Geografia
Fonte: Adaptado da "Conferência por uma Educação do Campo" (1998).
Org.: Elaborado pelos autores (2020).

Cumpre ressaltar que para a construção do projeto de educação do campo, conforme os princípios presentes na Conferência Nacional em 1998, é primordial e indispensável o envolvimento da comunidade escolar (pais, alunos, professores, gestores e autoridades locais). Objetivou-se apresentar no quadro 1 que é possível pensar e aliar a prática de ensino de Geografia ao compromisso com uma pedagogia emancipatória.

As intervenções pedagógicas vinculadas aos sujeitos do campo e embasadas nas teorias científicas podem favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Isso significa afirmar, conforme Caldart (2012, p. 327), que:

> O conhecimento científico acumulado pela humanidade não pode ser usado com neutralidade; ele deve dialogar com as contradições vividas na realidade destes sujeitos, o que envolve a busca de alternativas para as condições materiais e ideológicas do trabalho alienado e para as dificuldades de reprodução social da classe trabalhadora do campo, todas elas condições inerentes ao antagonismo intrínseco à lógica do capital.

É nos espaços educativos que os professores poderão, contraditoriamente, estabelecer o contraponto às influências da educação hegemônica. Portanto, a abordagem crítica torna-se fundamental na prática docente em realidades de elevadas disparidades sociais, conforme demonstra Rivera (2011, p. 72):

> Es imprescindible contribuir a formar al habitante del campo em correspondencia con sus realidades, necesidades y dificultades. Además es fortalecer el apego al lugar, desde una acción pedagógica de intervención teórica y metodológica que ayude a descifrar sus casos con explicaciones analíticas, críticas y creativas. La indiferencia ante los hechos del escenario rural encuentra en la escuela al médio fundamental para gestionar la alfabetización geográfica. Esta deferencia amerita de um esfuerzo pedagógico que reoriente la

> labor formativa de la pasividad, la rutina y la indiferencia, sostenida con fundamentos teóricos y metodológicos tradicionales. Así, lo pretérito es la base del cambio, cuando en verdad es un significativo obstáculo impide a la educación erigirse como plataforma para el cambio socio-histórico.

O autor supracitado ressalta a necessidade de intervenções pedagógicas de forma crítica e criativa nos espaços educativos das áreas rurais, buscando aproximar as adversidades e as realidades que os educandos vivem e enfrentam cotidianamente. De fato, é realmente necessário ir além das páginas do livro escolar ou do currículo imposto, é preciso conhecer a realidade em que estão imersos os alunos, pensar, discutir, debater e fazer acontecer uma educação que se oponha aos atuais modelos educacionais estimulados pelas políticas neoliberais, que visam promover a educação de cunho tecnicista, estéril, sem debate sobre a realidade social, política e econômica, com o intuito de minimizar a relevância de disciplinas como a Geografia, objetivando formar somente indivíduos com habilidades convenientes aos interesses do grande capital.

A proposta para a educação do campo é justamente uma pedagogia que se oponha aos interesses hegemônicos do capital, que busque democratizar o direito à uma educação emancipatória. Para fortalecer esse debate é necessário conhecer suas teorias científicas, a política e suas intenções ideológicas, além das trajetórias, conquistas e regressos.

## Os sujeitos das escolas do Ensino Médio do campo e a Geografia Escolar

O Ensino Médio é extremamente importante para a formação dos sujeitos, é a etapa final da formação da educação básica, momento no qual muitos conteúdos e habilidades aprendidos são consolidados, é quando os estudantes se preparam para o ingresso no Ensino em nível superior. Entretanto, compreende-se que é uma fase em que os alunos não dispõem de plena maturidade para escolherem suas carreiras profissionais ou, pode-se afirmar que a educação pública brasileira não favorece aos educandos a compreensão maior para as futuras formações superiores. Além disso, a maioria dos estudantes não possui pais que participam ativamente da formação escolar, ou seja, muitos alunos não têm a base familiar com a estrutura necessária para sua futura formação, afinal, suas famílias também não tiveram acesso a níveis mais elevados de ensino (SOUZA, 2016).

Diante da falta de estímulo e de diversos tipos de dificuldades enfrentadas, alguns estudantes desistem da formação superior. Portanto, a escola é uma base fundamental

para os alunos, é nela que se dispõe o conhecimento científico para a compreensão de vida, de mundo e de trabalho. Nesse sentido, o educador torna-se o protagonista na relação ensino e aprendizagem pautada nas necessidades dos sujeitos locais.

Para Libâneo (1998), a escola necessita manter prioridades na oferta do ensino básico, é preciso um sistema educacional que atenda à formação cidadã a partir de conhecimentos científicos e de competências que promovam o pensamento crítico e ético. Segundo o autor, pode-se pensar em quatros objetivos para a formação dos educandos: o primeiro é preparar para sociedade tecno-científica informacional; segundo pensar de forma crítica e autônoma; terceiro uma educação para a cidadania e o quarto a formação ética.

As demandas observadas pelo autor requererem a formação continuada e específica para os docentes, afinal, as condições impostas pela economia e pelos avanços tecnológicos transformaram a vida dos trabalhadores que, por sua vez, necessitam de atualizações e novas formações constantes e sistemáticas para a vida e o mercado de trabalho (LIBÂNEO, 1998).

Entretanto, é nítido que há preocupação excessiva com o cumprimento dos conteúdos curriculares, as aulas tornaram-se muitas vezes "conteudistas". Em virtude disso, há dificuldades na compreensão dos temas escolares e muitos estudantes acabam não gostando de algumas áreas específicas do conhecimento.

A fim de compreender o posicionamento dos estudantes a respeito do ensino de geografia, foi entrevistado 131 alunos do Ensino Médio das escolas localizadas no campo do município de Jataí-GO. Questionou-se os estudantes gostam ou não da Geografia escolar. Sobre esse assunto, 23% destacaram que gostam parcialmente da disciplina, outros 14% afirmaram não gostarem da Geografia escolar ao relatarem, conforme o quadro 2.

| Nome | Resposta |
|---|---|
| Lucas | "Mais ou menos, as explicações são boas, porém acho o conteúdo um pouco complicado |
| Daniel | "Os pontos positivos são que aprendemos sobre localização em questões territoriais da nossa cidade, estado e país, mas o ponto negativo é que a complexidade que nos priva de entendermos mais um pouco" |
| Vitor | "Alguns conteúdos são bons outros não" |
| Mariel | "Depende do conteúdo proposto e do modo no qual o professor explica sua aula" |

| | |
|---|---|
| Jonathan | a Geografia é uma matéria muito importante, mas desde quando entrei no 6º ano não gosto da matéria, mas estudamos o sistema agrário que é muito importante" |
| Ana | "Não gosto. É uma matéria de estudo de modo geral, acho que não tem pontos negativos, eu simplesmente não compreendo bem esta disciplina, apesar de ter a melhor professora de Geografia que já conheci, eu não gosto dessa disciplina" (APARECIDA,2018). |
| Eleuza | "Não gosto de Geografia, mas é uma matéria útil" |
| José | "Sim, nos ensina a entender o meio geográfico, entender a vida no campo" |
| Alex | "Geografia podemos expandir nossa área de conhecimento geral, já o ponto negativo é que a geografia não tem tantas aulas quanto a outras matérias mesmo sendo muito importante" |

Quadro 2: Síntese de respostas: os estudantes gostam ou não da Geografia na escola- 2018.
Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: Elaborado pelos autores (2023).

Tais considerações descritas pelos alunos partem da motivação pelas aulas, conforme afirma Mariel (2018), ao destacar que gosta das aulas segundo as considerações do conteúdo pelo professor. Um dos fatores responsáveis pela desmotivação dos estudantes ocorre pelo método de ensino. "O que se dá, na verdade, é o modo de ensinar tradicional, porque ignora a condição de sujeito do educando, julga poder preocupar-se apenas com o conhecimento da matéria" (PARO, 2011, p.82).

No geral, os educadores seguem as orientações curriculares que desconsideram a diversidade dos sujeitos, trazem contextos nacionais e globais desvinculados do local e do regional, o que faz os estudantes entenderem, conforme Lucas (2018), como "conteúdos complicados", pois assim a educação deixa de ser significativa para o aluno, sem os conteúdos estarem conectados com sua vida. De fato, é importante que os estudantes tenham uma aprendizagem significativa, a qual é possível desde que os docentes promovam metodologias de modo a construir diálogos e estratégias a partir do espaço de vivências dos sujeitos, apresentem e discutam as questões e os problemas em todas as escalas, desde a local (realidade de vivência do discente), passando pela regional e a nacional, até a global.

Naturalmente, existem os estudantes que não se identificam com a disciplina, ou seja, realmente não gostam de estudar os conteúdos geográficos, mas talvez não gostem por conta justamente da forma como a disciplina é ensinada, sem conexão com seu mundo, de forma fragmentada e mnemônica, mas, no entanto, são conhecimentos necessários para a nossa formação escolar e pessoal, assim como afirma a estudante Eleuza (2018) ao destacar que é uma matéria útil. Destarte, é preciso práticas educativas que instiguem nos educandos o valor do conhecimento pois, segundo Paro (2011, p.

86-87), o querer aprender é um processo de construção e as instituições escolares adotam por motivação a aprovação para os estudantes que, por sua vez, "[...] o aluno se mostra suficientemente sagaz, não para aprender (como ele faria se fosse de interesse), mas para livrar-se do estudo".

> Mas a razão por que os professores utilizam os métodos ultrapassados não é a inexistência de novos. A Didática dispõe de mil maneiras de ensinar brincando. Minha hipótese, é que não utilizam nem vão à procura de métodos novos, que levam em à conta a subjetividade do educando, porque trabalham numa escola estruturada por uma visão tradicional de educação que não reconhece o educando como sujeito. Esses professores, quando crianças, tiveram suas personalidades formadas por essa mesma escola. Ouso dizer que seu modo de ensinar não consiste sequer numa aplicação do que foi ensinado nos cursos de formação docente, mas sim na concretização dos mesmos princípios e ideais da escola que frequentaram quando crianças e que agora eles reproduzem para seus alunos (PARO, 2011, p. 87-88).

Conclui-se que a hipótese do referido autor é de fato procedente, as escolas em geral são tradicionais e os educadores são forjados a manterem padrões de ensino, embora haja inúmeros desafios para se desenvolver diversas estratégias didáticas em uma sala de aula. Como, por exemplo, nas unidades escolares localizadas no campo, em que não há recursos materiais como livros, projetores de multimídias, mapas, revistas entre outros. Por isso, professores se tornam vítimas por trabalharem em condições bastante desfavoráveis.

Em contrapartida, a Geografia, mesmo apresentando aulas bastante teóricas, há estudantes que gostam da disciplina, segundo os dados coletados, 63% deles destacaram que é uma matéria escolar que favorece a compreensão de mundo, destacando que a Geografia permite conhecer os lugares, a cultura, as questões ambientais, as regiões e as atividades do campo.

Não se trata apenas de dizer que são necessárias diversas metodologias didáticas para fortalecer o interesse pela disciplina, afinal, existem as preferências temáticas escolares que cada sujeito se apercebe para a sua formação. De qualquer forma, a Geografia, pela sua própria natureza, apresenta diálogo com nosso saber cotidiano e na escola pode-se fortalecer pelos conhecimentos científicos.

Estuda-se essa disciplina para conhecer o mundo, o espaço produzido pelo Homem, sua relação com a natureza e para a formação cidadã dos estudantes. A Geografia é uma ciência social que permite envolver a realidade dos educandos com os conteúdos abordados (CALLAI, 1998). Portanto, é preciso construir e mediar o ensino, os conceitos e problematizar as questões e os fenômenos geográficos e suas contradições e como eles se manifestam em todas as escalas geográficas, desde o local, passando pelo

regional e pelo nacional, até o global, para que as temáticas escolares não permaneçam demasiadamente abstratas. Deve-se avançar no processo de ensino e aprendizagem no que tange a entender os fenômenos e as espacialidades, favorecendo o entendimento de mundo.

Quando o aluno vive uma realidade, sente-se incluído ao estudar conteúdos voltados para sua vida social, é por essa razão que José (2018) enfatizou que se interessa pela Geografia por correlacionar o seu espaço de vivência, isto é, o campo. Já o educando Alex (2018) aborda o fato da Geografia, em comparação com as outras disciplinas, ter uma carga horária reduzida, condição que desfavorece a compreensão dos estudantes, descrito no quadro 2.

A redução da carga horária das disciplinas das ciências humanas, caso da geografia, possui relação direta nas políticas públicas neoliberais que tendem a implantar uma educação de caráter tecnicista, ao reduzir sistematicamente a quantidade de horas aulas de Geografia. São muitos temas curriculares a serem abordados em uma carga horária exígua que não permite a plena aprendizagem dos conteúdos propostos. Além disso, implica até mesmo no planejamento das aulas, que poderiam ser ampliadas e aprofundadas de acordo com a especificidades dos alunos.

Percebe-se que os educandos conseguem ter um aprendizado mais vantajosa ao estudarem conteúdos que fazem parte constitutiva do seu cotidiano, ou seja, o campo. Destarte, é importante destacar, conforme Paro (2011, p. 126), que é necessário:

> [...] criar métodos, técnicas, procedimentos, que produzam no aluno a vontade de aprender. Esta questão da associação entre a forma de ensinar o conteúdo que se ensina se torna ainda mais proeminente quando não se trata apenas de conhecimentos a serem adquiridos, mas de valores e posturas a serem assumidos.

Destaca-se que é preciso ir além da relação professor e aluno. A Escola deve ser motivadora, propor diversas atividades culturais, momentos de experiências, reflexões e discussões para que os estudantes possam afetivamente aprender e viver coletivamente (PARO, 2011).

Ressalta-se que os professores precisam cumprir as orientações curriculares que trazem conteúdos com temas globais ou regionais, portanto, para fortalecer estes conhecimentos, é necessário utilizar abordagens que favoreçam o entendimento do educando acerca do saber local. Para tanto, questionou-se aos estudantes se eles tiveram a oportunidade de terem conteúdos geográficos voltados para a vida no campo. A esse

respeito, 13% afirmaram que não, e 9 % destacaram que tiveram parcialmente. Já os demais, 78%, conforme quadro 3.

| Nome | Resposta |
|---|---|
| Rita | "Estudamos sobre o Cerrado" |
| Aline | "Só o bioma da região" |
| Clara | "Sim, já estudamos o desmatamento e o que compõem o cerrado" |
| Jonathan | "Sim. Estudamos o sistema agrário" |
| Mateus | "Sim. Ela é a única matéria que eu conheço que apresenta um pouco sobre o meu trabalho com o solo |
| Alice | "Sim, a Reforma Agrária e o êxodo rural" |

Quadro 3: Síntese de respostas: conteúdos geográficos voltados para a vida no campo - 2018.
Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: Elaborado pelos autores (2023).

Todas as considerações dos alunos partem do entendimento de que a Geografia apresenta elementos em seus conteúdos escolares que favorecem a compreensão dos estudantes a partir do seu espaço de vida. Todavia, o professor é o protagonista ao repassar as temáticas geográficas, o poder de voz está com ele, que poderá ou não mediar suas aulas conforme as especificidades dos estudantes. A esse respeito, Cavalcanti (2005, p. 20-21) afirma:

> Se o professor de geografia é o mediador no processo de formação do aluno, se a qualidade dessa mediação interfere nos processos intelectuais, afetivos e sociais do aluno, ele tem tarefas importantes a cumprir. Sua formação inicial e continuada, que ocorre nas Universidade e Faculdades e no exercício cotidiano de profissão deve estar voltada para o cumprimento dessa tarefa social.

Nesse sentido, é extremante relevante uma boa formação profissional como indicador para um ensino de qualidade. Isto é, a competência crítica e reflexiva é tarefa do educador, mas para que isso ocorra é necessária uma formação contínua permitindo aliar teoria e prática (CAVALCANTI, 2005).

É importante proporcionar uma formação específica para os docentes que atuam nas áreas rurais. Isso tem estado muito distante, já que em toda Rede Pública de Ensino há dificuldades em ter docentes formados nas áreas específicas em que atuam. Segundo Arroyo (2012), é necessário que se tenha educadores com formações do campo, mas, em vista das adversidades educacionais, nem todos os professores terão acesso a essa formação específica. Entretanto, para que haja o fortalecimento dos sujeitos do campo, é

preciso a participação dos educadores em cursos ou orientações pedagógicas voltadas por uma educação particular dos alunos do campo, no sentido de estabelecer a prática de ensino com essa preocupação.

Ademais, nas áreas rurais do município de Jataí-GO, há uma diversidade de sujeitos que almejam uma educação que priorize seus modos de vida e trabalho, afinal, 62% dos alunos destacaram que seria bom que tivessem um curso técnico para que pudessem continuar seus estudos. Apenas 26% responderam que acreditam que não é necessário e somente 12% não souberam julgar se era ou não importante a continuidade em seus estudos, destacando o interesse em cursar cursos voltados para a profissão do campo em horário alternativos, seja no noturno ou finais de semana.

É nítido que os estudantes mantêm uma relação com a vida no campo, existe um sentimento de pertencimento aos modos, trabalho e vida do campo. Além disso, são alunos que executam atividades agrícolas juntamente com seus pais, vivenciam práticas no campo e almejam a formação que possibilite se manterem em suas propriedades ou locais de trabalho.

Fica claro pelas descrições dos estudantes que caberia de fato uma educação do campo, especialmente na modalidade de alternância, que respeita o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC), sua característica é pautada na relação entre educação escolar e familiar. "Umas são frutos dos tempos de vida e das atividades em famílias, no meio profissional e social. Outras resultam de atividades mais dirigidas em situação escolar, entre outras e, para algumas, também, no meio profissional" (GIMONET, 2007, p. 141).

Entretanto, para a implementação da Pedagogia da Alternância (TE e TC) é necessário um conhecimento para a criação de projeto específicos, investimentos das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, formação dos educadores e envolvimento das famílias. Pode-se perceber alguns entraves para a consolidação da Educação do Campo nessas escolas pesquisadas, uma vez que nem os alunos são reconhecidos pelo Poder Público como sujeitos do campo.

De qualquer forma, as qualificações profissionais são extremante relevantes para a inserção no mercado de trabalho. O Ensino Médio técnico é a nova proposta do Ministério da Educação, as escolas serão estruturadas para ofertarem aulas em tempo integral, o que é totalmente contraditório frente à redução dos investimentos com a educação.

O projeto da Reforma do Ensino Médio pela Lei nº 13.415/2017, dentre suas normativas, estabelece que os conteúdos escolares sejam reorganizados por itinerários

formativos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional). Nesse novo formato, algumas disciplinas serão obrigatórias (Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglês) e as demais serão optativas de acordo com as pretensões dos estudantes.

Conforme a proposta do novo Ensino Médio, questionou-se aos estudantes o que eles achavam sobre escolherem disciplinas ao ingressarem na escola, se será positivo ou negativo? Identificou-se que 56% dos alunos afirmaram que será positivo, 37% negativo e 7% dos estudantes não souberam responder. É comum os estudantes reclamarem das disciplinas, portanto, é natural que se sintam otimistas em escolherem as matérias escolares. Segundo os depoimentos dos educandos, "é muito importante escolher as matérias da escola" (FERNANDO, 2018); "Sim, acho importante porque você vai poder escolher o que vai estudar" (ANDRÉ, 2018).

Os relatos dos estudantes exprimem o desejo que eles possuem de escolher as disciplinas segundo seus interesses de formação profissional. Este é discurso proposto pela medida provisória do Ensino Médio, os alunos poderão escolher suas disciplinas optativas para finalizarem os anos escolares. Entretanto, é uma proposta frágil, pois as escolas não dispõem de recursos financeiros, estrutura física e de profissionais capacitados para promoverem o novo Ensino Médio e ofertarem de forma plena todas as disciplinas com docentes formados nas respectivas áreas. E, por conseguinte, nem todos os estudantes compreendem que essa proposta educacional nega o direito por uma educação de qualidade, afinal, os conhecimentos de todas as disciplinas escolares são fundamentais para uma boa formação global.

Destarte, alguns participantes da pesquisa destacaram que serão prejudicados ao terem que escolher algumas disciplinas para cursarem no Ensino Médio, afirmaram que: "A escolha de algumas matérias pode ser negativa porque toda as disciplinas são importantes para o nosso conhecimento (MAICON, 2018). " Os políticos querem é tirar as matérias que ensina os alunos a terem um senso crítico contra eles" (SANDRO, 2018). "Negativo e positivo, é meio difícil de dizer porque seria bom você já ir direto para conteúdos específicos de formação profissional, mas sabemos que temos que ter um conhecimento geral de tudo que nos cerca" (ALISSON, 2018).

É importante compreender que embora tenhamos as escolhas profissionais, é preciso ter o conhecimento de mundo, o que naturalmente o estudante Sandro (2018) deixa claro, quando explica que as autoridades governamentais querem negar o conhecimento para a população. Portanto, perde-se de fato o senso crítico, afinal, a Geografia é uma das disciplinas escolares que cumpre o papel na compreensão e

abordagem crítica ao debater os contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e naturais.

Nessa perspectiva, compreende-se que é preciso, de fato, aumentar a carga horária das disciplinas, principalmente das ciências humanas, disciplinas escolares que possibilitam reflexões e debates teóricos críticos, sendo que a política neoliberal não dispõe de nenhum interesse em formar indivíduos que desenvolvam a criticidade e a autonomia do saber.

Deve-se levar em conta que a Base Nacional Comum Curricular e as demais propostas curriculares são organizadas para fins econômicos: "[...] há uma clara conexão entre a forma como a economia está organizada e a forma como o currículo está organizado" (SILVA, 2010, p. 45). Apesar de apresentar uma proposta provisória, a Reforma do Ensino Médio atinge as particularidades dos trabalhadores, fator determinante para a classe empresarial envolver-se nos debates e nas orientações curriculares nacionais. Afinal, a produção capitalista depende da educação mercadológica pautada nos interesses da política neoliberal para a formação de mão de obra de acordo com seus interesses e para o estabelecimento de contratos de fornecimento de material pedagógico com o Governo, como livros, apostilas, plataformas digitais, cursos de treinamento e outros.

A perspectiva neoliberal propõe uma educação que nega o conhecimento emancipatório e as novas orientações educacionais são pensadas e elaboradas para dominar e modificar os valores de uma sociedade, seus conteúdos são selecionados para garantir a hegemonia dominante, valorizando uma ideologia a qual as classes subordinadas permaneçam submissas. A escola, por sua vez, contribui para que haja a reprodução capitalista (SILVA, 2010).

Neste sentido, a educação é alvo de disputa dos interesses hegemônicos e contra hegemônicos e, o professor, por pertencer à classe trabalhadora, constitui-se como o único sujeito que poderá favorecer a criticidade e a autonomia dos educandos para a compreensão de um conhecimento emancipatório em contraponto ao discurso dominante (ANDRIOLI, 2006).

Acontece, porém, que as populações subordinadas muitas vezes desconhecem os seus direitos, ou são intimidadas a não reivindicá-los, o que inclui alunos, professores, pais e comunidade escolar. Logo, uma educação popular e do campo só poderá ser consolidada a partir da união entre escola e comunidade.

É preciso reconhecer na prática pedagógica que a Geografia tem condições de contribuir por meio da análise do espaço geográfico do campo e da identificação de suas

peculiaridades, sua dinâmica, seu movimento, as diferentes culturas e povos, as distintas condições naturais, os conflitos e as contradições no território, as formas e as relações de produção e de trabalho estabelecidas no campo. No entanto, pode-se afirmar que a ausência do debate geográfico no contexto dos sujeitos locais compromete no fortalecimento emancipatório destes. Além disso, as escolas enfrentam outros desafios como a carga horária de geografia reduzida, as atuais políticas públicas para educação que enfraquece o estudo específico das ciências humanas.

## Considerações finais

A Geografia é uma ciência indispensável ao processo de formação do aluno na educação básica, já que se constitui em uma disciplina escolar que tem condições de possibilitar aos discentes ou sujeitos sociais, a compreensão do espaço geográfico, ou seja, da sua realidade, pois aborda e estuda as relações estabelecidas entre o homem e a natureza. Observa-se que a riqueza científica dessa ciência favorece as análises e estudos acerca do campo, visto que aí os diversos modos de viver dos sujeitos neste vasto e heterogêneo campo brasileiro foram construídos historicamente, estabelecendo relações diretas entre eles e os elementos da natureza, como as florestas, os biomas, os solos, as águas, os animais, dentre outros.

As temáticas geográficas são capazes de correlacionar as questões sociais e da natureza com as vivências, as experiências e o modo de vida dos sujeitos do campo, como tem condições de favorecerem o fortalecimento do projeto da educação do campo para as diversas populações rurais. Com os seus conceitos chave e categorias como espaço, território, lugar, paisagem e região, constitui-se como ciência privilegiada e estratégica para tratar as questões sociais, políticas, econômicas, culturais, naturais e ambientais. Assim, se encarregam de estudar as disputas, as contradições e os conflitos sociais, os movimentos sociais e socioterritoriais, os deveres e direitos dos cidadãos, promovendo a valorização dos diferentes saberes, fazeres e modos de viver e trabalhar.

A ciência geográfica deve promover, portanto, o conhecimento e a reflexão sobre o espaço geográfico, ou seja, tem o papel fundamental de dotar o aluno de condições e conhecimentos para que compreenda sua realidade e o seu papel social ativo, seja ele um camponês ou trabalhador assalariado, sujeito oprimido por pertencer às classes subalternas numa sociedade dividida em classes e caracterizada pela opressão e a exploração.

Os estudantes do campo percebem como os conteúdos geográficos podem favorecer em suas compreensões do campo. Revelaram as deficiências pedagógicas, destacaram que a quantidade de aula semanais de geografia compromete a discussão da disciplina. Os alunos externaram o desejo de realizarem cursos voltados para o campo e, outros reconheceram que deverão morar na cidade para continuarem os estudos e ingressarem no mercado de trabalho.

Torna-se compreensível a urgência por uma oferta de ensino pautada nas classes populares do campo. É preciso repensar uma pedagogia que atenda aos interesses dos educandos, que valorize os modos de vida dos diferentes sujeitos. Para tanto, o ensino de Geografia escolar favorece a compreensão dos aspectos sociais, políticos, humanos e culturais e contribui significativamente para um ensino com princípio educativo que possa atender aos conhecimentos dos estudantes do campo.

## Referências Bibliográficas


ANDRIOLI, A. I. As ciências humanas e a universidade. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 60 maio/2006. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/060/60andrioli.htm Acesso em: 03 mar.2019.

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. (orgs.). **Educação do campo**: desafios de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ARROYO, M. G. Tempos humanos de formação. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALLAI, H. C. O Ensino de Geografia: recortes espaciais. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2008

CAVALCANTI, L. S. de. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2005.

CAVALCANTI, L. S. de. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília DF, 16 de Fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 17 maio. 2017.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. J.; AZEVEDO, S. M. S. de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", nº 5, 2004.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002

KAERCHER, N. A. O gato comeu a geografia crítica? alguns obstáculos a superar no ensino -aprendizagem de Geografia. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (orgs). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 221-231.

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória).** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

LEITE, S. P. Assentamento rural. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 110-114.

LIBÂNEO, J. C. Perspectivas de uma pedagogia emancipadora face às transformações do mundo contemporâneo. **Revista Pensar a Prática**, Goiás, v. 1, p. 1-22, jan./jun, 1998. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/8/2613. Acesso em: 13Nov.2018.

MUNARIM, A.; LOCKS, G. A. Educação do campo: contextos e desafios desta política pública. **Olhar de professor**, Paraná, v.15, nº.1, p.83-95, 2012.

OLIVEIRA, A. U de. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. de. et al. (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia**? 7. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 135-144.

PARO. V. H. **Crítica da estrutura da escola.** São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIVERA, S. J. A. Educación rural y la enseñanza de la geografía. **SAPIENS**, Caracas, v. 12, n. 2, p. 64-76, dic. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1317-58152011000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em : 04 abr. 2018

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, T. R. **A contribuição do ensino de Geografia para formação de sujeitos no contexto da Educação no/do Campo**. 2021. 362f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Jataí (GO), 2021.

SOUZA, T. R. **Caracterização e análises das escolas no campo no município de Jataí GO**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Jataí. (GO), 2016.

Recebido em 12 de agosto de 2022.

Aceito para publicação em 11 de junho de 2023.